



Brasília-DF, 18 de julho de 2024

Centrais realizam ato nacional contra juros altos no dia 30 de julho



No próximo dia 30, as centrais sindicais – Força Sindical, CUT, CTB, UGT, CSB, NCST, Intersindical e Pública – realizarão ato contra juros altos em frente à sede do Banco Central, em São Paulo, e também nos demais estados onde há sede do BC.

O movimento sindical considera inaceitável a taxa abusiva praticada pelo Banco Central, que boicota e emperra o crescimento do país e prejudica, principalmente, a classe trabalhadora.

O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Auersvald, acredita no apoio da mobilização social para conter os juros: "É preciso que sociedade, a classe trabalhadora mais prejudicada, esteja junto com a gente nesta luta. O Brasil não pode parar".

Ato das Centrais Sindicais contra os juros altos

Data: 30 de julho

Horário: a partir das 10h

Local: em frente à Sede do Banco Central em SP

Endereço: Av. Paulista, 1804, São Paulo/SP e nos demais estados onde há sede do BC.

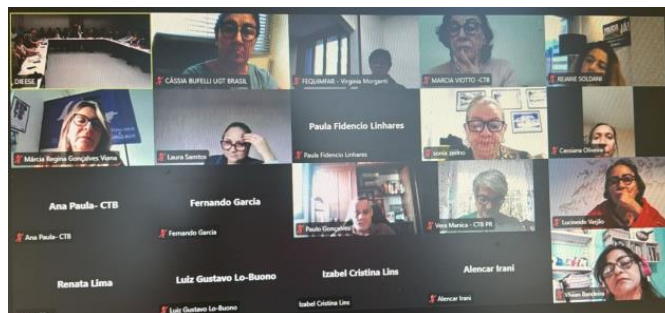
Fonte: NCST

Igualdade salarial: Nova Central e centrais celebram um ano da lei



Em São Paulo, nesta terça-feira (16), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) celebrou o primeiro ano da Lei de Igualdade Salarial (lei 14.611), que completou um ano nesta segunda-feira (15), em encontro com a participação do Ministério do Trabalho, Ministério das Mulheres e o movimento sindical representado pelas centrais, na sede do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A secretária nacional e estadual de Promoção de Igualdade Racial e Gênero, Cátia Laurindo (Nega Show) e a secretária para Assuntos da Mulher da NCST e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sonia Maria Zerino, foram as representantes da entidade. Cátia compareceu ao evento e Sônia participou na modalidade virtual.



Pelo governo, participaram o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, a secretária executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi e a secretária da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica (SENAEC), Rosane da Silva.

Segundo Luiz Marinho, "é preciso que as empresas e os sindicatos ajudem a construir uma cultura, abolir práticas ruins, construir diálogo para avançar. Vamos soltar nosso segundo relatório e estamos construindo um GT para discutir o assunto. Para que a Lei seja cumprida", afirmou.

A secretária executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi, que representou a ministra Cida Gonçalves na reunião, lembrou que é preciso melhorar os percentuais apresentados no relatório. "Por isso,

**Brasília-DF, 18 de julho de 2024**

estamos aqui, conversando com as empresas e as representações sindicais. Temos de mudar essa realidade", ressaltou.



Foram quase 50 mil empresas que responderam ao questionário e apenas 455 delas entraram com ações na Justiça para não cumprirem o determinado pelo Ministério. Os dados levantados apontam que as mulheres ganham 19,4% a menos que os homens no Brasil, sendo que a diferença varia de acordo com o grande grupo ocupacional. Em cargos de dirigentes e gerentes, por exemplo, a diferença de remuneração chega a 25,2%.

Com informações do MTE

Fonte: NCST

"Não vamos cortar o salário mínimo", reafirma Lula

Em entrevista, presidente destacou os números atuais da economia



© Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a negar, nesta terça-feira (16), que vá tomar qualquer medida de corte de orçamento público que envolva a redução do salário mínimo para as parcelas mais pobres da população, como aquelas que recebem da Previdência

Social. Em entrevista à TV Record, ele destacou que o crescimento da riqueza no país deve ser distribuído de forma equitativa para todos.

"Quando alguém fala que eu deveria desvincular o salário mínimo da Previdência Social. O mínimo, já diz, é o mínimo. Não tem nada mais baixo que o mínimo. Então, eu não posso cortar o mínimo, que já é o mais baixo de tudo. Quando você tem que dar aumento do salário mínimo, você faz a reposição inflacionária. Se a inflação foi 3%, você repõe 3%. O crescimento do PIB nos últimos dois anos, a média, a gente dá de aumento do salário mínimo. Então, se durante dois anos o PIB crescer 6%, a gente além da inflação dá 6% de aumento. O que é humanamente justo, socialmente justo.

Lula também destacou os números atuais da economia, que estão acima das expectativas dos agentes de mercado, e voltou a criticar a taxa de juros do Banco Central. "Não tem um único número que diga que o Brasil tem qualquer problema. A gente está crescendo mais do que a previsão do mercado. O mercado previa 0,8%, nós crescemos 3%. O mercado previa a inflação descontrolada, a inflação está totalmente controlada. A única coisa que não está controlada é a taxa de juros", afirmou.

O presidente ainda exaltou a geração de empregos, o crescimento da massa salarial, e reafirmou o compromisso de isentar o Imposto de Renda quem ganha salário de até R\$ 5 mil por mês.

"Geramos 2,5 milhões de empregos em um ano e sete meses. A massa salarial cresceu 11,7%. O salário mínimo é reajustado duas vezes acima da inflação. Isenção do imposto de renda para quem ganha dois salários mínimos e eu pretendo chegar a R\$ 5 mil de desconto do imposto de renda. Tiramos 24 milhões de pessoas da fome. Então, nós estamos vivendo um momento sensacional", celebrou.

Meta fiscal

Lula foi perguntado se o governo pretende modificar a meta de déficit zero nas contas públicas, em 2024, para cumprir as regras do arcabouço fiscal, ao que ele respondeu que o mais importante é que a economia cresça com sustentabilidade fiscal.

"Esse país é muito grande. Muito poderoso. O que é pequeno é a cabeça dos dirigentes, de alguns especuladores. Porque esse país não tem nenhum problema. Se o déficit é zero, se é 0,1, o que é importante é que o país esteja crescendo. O que é importante é que a economia esteja crescendo. O que é importante é que o emprego esteja crescendo. O salário está crescendo. Nós vamos fazer o que for necessário para cumprir o arcabouço fiscal. Nós vamos criar um país com estabilidade jurídica. Nós vamos criar um país com estabilidade fiscal, com

**Brasília-DF, 18 de julho de 2024**

estabilidade econômica, com estabilidade social. Esse país terá previsibilidade", afirmou.

Na próxima semana, o Ministério da Fazenda deverá anunciar bloqueios no orçamento para cumprir a meta de resultado primário, segundo anunciou o titular da pasta, Fernando Haddad.

Violência política

O presidente também comentou sobre a violência política no mundo, ao repercutir, novamente, o atentado sofrido pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que é candidato ao cargo nas eleições norte-americanas deste ano. Para Lula, o mundo vive uma era onde as pessoas não se respeitam e não respeitam a força do argumento.

"É abominável qualquer tipo de violência. Não é só com o ex-presidente Donald Trump. É a morte de um prefeito em uma cidadezinha no interior. É a morte de um vereador em uma cidadezinha no interior. Então, é preciso que a gente volte a ter tolerância. O que temos hoje é a derrota do argumento, o argumento vale muito pouco. O que vale hoje é mentira, o que vale é fake news. Porque quando você está dizendo a verdade, você tem que argumentar. Quando você está contando uma mentira, não tem que argumentar. Essa a diferença que está fazendo hoje falta na sociedade brasileira. A volta do argumento para os debates políticos. Está faltando um pouco de compreensão dos problemas do mundo".

Na mesma linha, o presidente defendeu a urgência de uma regulação sobre as grandes empresas de tecnologia, que controlam as plataformas de redes sociais.

"Não é possível que as empresas continuem ganhando dinheiro disseminando mentiras, fazendo provocação, campanha contra vacina, sem levar em conta nenhum compromisso com a verdade. Eu sou favorável a que a gente dê uma regulação, porque essas empresas não pagam nada. Ganham bilhões de publicidade. Têm muito lucro com a disseminação do ódio no mundo inteiro", disse.

Fonte: Agência Brasil

Pacheco pede ao STF prorrogação de prazo para votar desoneração da folha

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um prazo até 30 de agosto para a votação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e pequenos municípios. Ele citou a falta de acordo com o governo sobre as fontes para bancar a redução da cobrança previdenciária. Ao citar as sugestões dos senadores,

como impostos sobre compras internacionais, Rodrigo Pacheco rejeitou o aumento de tributos. O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), reafirmou que a elevação de 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL — só vai ocorrer se as propostas dos senadores não se concretizarem. Se houver um acordo entre governo e Senado, o projeto deverá ser votado no início de agosto.

Fonte: Agência Senado

TST reconhece dano existencial em jornada diária de 12 horas em turnos ininterruptos



Eletricário trabalhava, em média, 72 horas a cada semana

O cumprimento de jornada de 12 horas diárias em regime de turnos ininterruptos de revezamento — o que perfaz, em média, 72 horas semanais — configura ato ilícito causador de dano existencial pelo empregador, uma vez que priva o empregado das horas necessárias para o exercício de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

A partir desse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou, em decisão unânime, uma companhia de energia elétrica a pagar R\$ 50 mil de indenização a um eletricário que era submetido a essa jornada.

Na reclamação trabalhista, o eletricário, admitido em 1997, disse que trabalhava em turnos ininterruptos de revezamento de oito horas, mas essa jornada era frequentemente extrapolada para até 12 horas, sem intervalo.

O juízo da Vara do Trabalho de Bagé (RS), além de determinar o pagamento de horas extras, condenou a empresa a indenizar o trabalhador por dano existencial. Mas o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) excluiu a indenização. Apesar de confirmar a extrapolação recorrente da jornada, o TRT-4 entendeu que a prestação habitual de horas extras não acarretaria dano passível de reparação, mas apenas o direito ao pagamento dessas horas.

Brasília-DF, 18 de julho de 2024

Princípio da dignidade humana

O relator do recurso de revista do trabalhador, ministro Alberto Balazeiro, apontou que a Constituição Federal estabelece o limite de oito horas diárias e 44 semanais para a jornada de trabalho e assegura proteção contra condutas que possam comprometer a dignidade humana. A CLT, por sua vez, limita as horas extras a duas por dia.

Essas limitações, na visão do relator, decorrem da necessidade de convívio familiar, saúde, segurança, higiene, repouso e lazer. No caso do eletricitário, ele observou que, computadas 12 ou 13 horas de trabalho e seis horas de sono, restariam somente de seis a sete horas para a vida pessoal, sem contar as horas gastas com deslocamento.

Na sua avaliação, esse tempo reduzido impede o exercício de direitos fundamentais, o que viola o princípio da dignidade humana. "Não se trata de mera presunção. O dano está efetivamente configurado", afirmou o relator.

Para o ministro, jornadas extenuantes, além de comprometerem a dignidade do trabalhador, também aumentam significativamente o número de acidentes de trabalho, repercutindo na segurança de toda a sociedade. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

Clique [aqui](#) para ler o acórdão
RR 20813-45.2016.5.04.0812

Fonte: Consultor Jurídico

FGTS registra lucro de R\$ 23,4 bilhões em 2023, maior valor da história

"Isso mostra segurança na gestão do Fundo, que é um ativo importante para os trabalhadores", disse o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho



Ministro Luiz Marinho (Foto: Divulgação/Ministério do Trabalho e Emprego)

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) alcançou um lucro histórico de R\$ 23,4 bilhões em 2023, o maior resultado desde sua criação. O

desempenho foi apresentado pela Caixa Econômica Federal na 196ª reunião ordinária do Conselho Curador do FGTS, realizada nesta terça-feira (16). Comparado ao ano anterior, o lucro de 2023 representa quase o dobro do valor registrado em 2022, que foi de R\$ 12,7 bilhões.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que também preside o Conselho, comemorou o resultado. "Isso mostra segurança na gestão do Fundo, que é um ativo importante para os trabalhadores", destacou Marinho. O lucro foi impulsionado por retornos recorrentes de aplicações e operações de crédito, além de um acordo com o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que sozinho adicionou R\$ 6,5 bilhões ao resultado positivo do FGTS.

A receita total do Fundo em 2023 foi de R\$ 61,5 bilhões, enquanto as despesas somaram R\$ 38,1 bilhões. A arrecadação líquida do FGTS foi de R\$ 33,1 bilhões, um aumento de 12,2% em relação a 2022, atingindo R\$ 175,4 bilhões. O volume de saques também aumentou 12,6%, totalizando R\$ 142,3 bilhões.

O ano de 2023 também foi marcado pela migração de contas vinculadas do PIS/PASEP que não foram reclamadas por mais de 20 anos, conforme a Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022. Esta mudança resultou na transferência de R\$ 25,9 bilhões ao Tesouro Nacional, enquanto R\$ 10,5 milhões de cotas PIS/PASEP foram destinados ao Ministério da Fazenda.

Os ativos do FGTS totalizaram R\$ 704,3 bilhões, representando um aumento de 8,5% em relação ao exercício de 2022. Desse montante, R\$ 488,6 bilhões estão alocados em operações de crédito, com a maior parte destinada à habitação (R\$ 444,3 bilhões). Infraestrutura, saneamento e saúde receberam R\$ 17,7 bilhões, R\$ 25 bilhões e R\$ 1,6 bilhões, respectivamente.

O passivo do Fundo somou R\$ 578,5 bilhões, dos quais R\$ 575,1 bilhões correspondem ao saldo das contas vinculadas dos trabalhadores. O patrimônio líquido do FGTS em 2023 foi de R\$ 125,8 bilhões.

A próxima reunião do Conselho Curador do FGTS está agendada para o dia 6 de agosto, onde será discutida a distribuição do lucro de 2023 nas contas dos trabalhadores.

Fonte: Brasil247